

**PLANEJAMENTO TURÍSTICO-RECREATIVO: ATUAÇÃO DAS ESTÂNCIAS TURÍSTICAS FRENTE AO CONJUNTO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO/BRASIL (2013-2016)**

Marcelo Vilela de Almeida

Bacharel em Turismo; Especialista em Planejamento e Marketing Turístico; Mestre e Doutor em Ciências da Comunicação (Relações Públicas, Propaganda e Turismo); Professor do Curso de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

Pesquisa exploratória que teve por objetivo identificar e analisar as experiências de planejamento turístico-recreativo realizadas nos municípios do Estado de São Paulo/Brasil no período 2013-2016, e os resultados obtidos em uma perspectiva comparativa entre municípios legalmente reconhecidos como estâncias turísticas e outros que não detêm tal título. Solicitou-se aos gestores dos órgãos de turismo dos 645 municípios do Estado (pesquisa censitária) o preenchimento, entre novembro e dezembro de 2016, de um questionário on-line a fim de coletar dados sobre: a estrutura do órgão municipal de turismo; os recursos humanos; os instrumentos de gestão pública; a formulação de planos, programas e/ou projetos para o desenvolvimento ou incremento do turismo no município; a existência de incentivos para atração e/ou ampliação de investimentos na área de turismo; a participação do município em planos, programas e/ou projetos de âmbito regional, estadual ou nacional; a participação da população local nos processos decisórios em relação ao turismo; e a destinação de recursos financeiros para ações na área. Obteve-se a participação 68 municípios (10,5% do universo consultado), sendo 32 estâncias e 36 não-estâncias. Observou-se que, de modo geral, os municípios contam com equipes reduzidas que, por vezes, são responsáveis por ações que não se limitam à área de turismo. Grande parte dos municípios conta com instrumentos de gestão pública que orientam o desenvolvimento da atividade, bem como com a participação da população na tomada de decisões sobre o turismo. Evidencia-se, pelo menos no caso dos municípios participantes, uma preocupação com o planejamento e a gestão do turismo que tem resultado em diversas estratégias de ação pública. Recomenda-se, por fim, uma avaliação do desempenho turístico destes municípios frente às ações adotadas, sobretudo em função das recentes mudanças na legislação das estâncias.

Palavras-chave: Planejamento turístico; políticas de turismo; estâncias turísticas; Estado de São Paulo; Brasil

Referências: Edgell Sr., D. L., & Swanson, J. R. (2013). *Tourism policy and planning; yesterday, today, and tomorrow* (2o ed). Abingdon: Routledge. EMBRATUR. (1997). *Diretrizes do programa nacional de municipalização do turismo*. Brasília. Hall, C. M. (2001). *Planejamento turístico; políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto. Hashemkhani Zolfani, S., Sedaghat, M., Maknoon, R., & Zavadskas, E. K. (2015). Sustainable tourism: a comprehensive literature review on frameworks and applications. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 28(1), 1-30. <http://doi.org/10.1080/1331677X.2014.995895> Lei Complementar n. 1.261, de 29 de abril de 2015. Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas (2015). São Paulo. Recuperado de <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html> Moller, C. (2016). Novos rumos para o turismo do Estado de São Paulo: do projeto de lei complementar 32/2012 à aprovação da lei complementar n. 32/2015. *Rev. Anais Bras. de Est. Tur./ABET*, 6(1), 58-71. Recuperado de <https://abet.ufjf.emnuvens.com.br/abet/article/view/2919/2250> Ruschmann, D. V. de M. (1997). *Turismo e planejamento sustentável; a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus. Schlüter, R. G. (2003). *Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria*. São Paulo: Aleph.